

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ARACAJU-SE – VIVÊNCIA DE INCLUSÃO NA ESCOLA ESTADUAL 11 DE AGOSTO

MACÊDO, Izabella Vieira.
izabella.macedo@hotmail.com.br

LIMA, Márcio Cardoso. (Orientador)
Pós-graduado em Didática do Ensino Superior, Profº. Do curso Letras-Português da
Universidade Tiradentes – UNIT
mcardosolima@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir os procedimentos de inclusão do aluno portador de necessidades auditivas especiais (DA), no ensino regular da Escola Estadual de 1º Grau 11 de Agosto, na cidade de Aracaju-Sergipe, informar à sociedade as condições de convivência com o deficiente auditivo e mostrar como o professor interage o portador de deficiência auditiva em sala de aula, junto com os alunos ditos “normais”.

Para incluir estas pessoas em sala de aula e na sociedade só será possível através da integração entre família, escola e sociedade que, juntas, promovem mudanças emocionais e sociais nestes indivíduos, facilitando, a integração social.

Os resultados evidenciam a necessidade de dar continuidade ao processo de formação de professores que atuam com alunos portadores de necessidades especiais, pois um dos aspectos relevantes da pesquisa refere-se à forma de comunicação utilizada pelos alunos surdos.

A comunicação através de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e não da linguagem oral, demonstrou ser o maior obstáculo que dificulta o processo de inclusão.

Palavras-chaves: educação, responsabilidade, inclusão.

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ARACAJU-SE – VIVÊNCIA DE INCLUSÃO NA ESCOLA ESTADUAL 11 DE AGOSTO

INTRODUÇÃO

A constituição de 1988 garantiu, em seu Artigo 206, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola: a educação como direito de todos é dever do Estado e da família (art. 205) e deve estender-se também ao atendimento educacional especializado, quer dizer, aos deficientes (art. 208, III), preferencialmente na rede de ensino (constituição..., 1988, Artigos 205, 206, 208-III). Isso quer dizer que quando pensamos na formação do educador devemos também pensar em uma escola que dê a todos uma mesma formação básica, uma vez que nesse momento histórico o que queremos formar, em primeiro lugar, é o professor qualificado, o profissional preparado para lidar com o aluno, seja ele “normal” ou “deficiente”, no seu (art.59, III), professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

As ações educacionais destinadas aos portadores de necessidades educativas especiais (PNEE) foram desenvolvidas, de modo particular, a partir do início do século XIX. Sabemos através da história da escola e da sociedade, que em nossa sociedade cativeira de tradições culturais e de práticas sociais discriminatórias, a educação especial não tem se constituído, em geral, como parte do conteúdo curricular da formação básica, comum, do educador; quase sempre é vista como uma formação especial reservada àqueles que desejam trabalhar com alunos portadores de “necessidades especiais”. A história da educação em Sergipe sempre foi seletiva e discriminatória, onde seus avanços dependiam do desenvolvimento social, político e econômico do país, através do qual o grupo dominante determinava a quem seria dado o direito à educação.

Quando pensamos em “educação especial”, quase não lembramos que ela vem se construído historicamente e acompanhando os progressos não só da medicina, biologia e psicologia, mas também da pedagogia. Esquecemo-nos de que, apesar de sua especificidade, ela tem se organizado com e para sujeitos concretos – “normais” e “deficientes”.

Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América, alguns brasileiros iniciaram no século XIX, a organização de serviços para atendimentos a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Embora iniciativas isoladas e precursoras possam ser constatadas em nosso país na área de Educação Especial, apenas na década de 70 é que se consta uma resposta mais abrangente da nossa sociedade em questão.

Na obra História da educação em Sergipe, (NUNES, 1984) é apresentada uma preocupação com a situação centralizada em que a educação neste Estado se encontra envolvida, pois, presos a uma postura centralizada de governo, em que tiveram que adotar formas transplantadas de práticas pedagógicas que raramente levam em consideração as realidades particulares de cada província. A renda para a educação desde aquela época já não era bem administrada, ou faltava mesmo. Como consequência disso, muitos professores deixavam de dar aula, faltavam às suas obrigações.

Sergipe é impulsionado pela sociedade, através do poder político sergipano, cria algumas instituições para receber essas crianças, não existem referências específicas aos deficientes registradas em jornais e revistas da época. A partir daí a segregação de todos aqueles que de alguma forma fugiam dos padrões de normalidade, começou-se a surgir algumas entidades que acolhiam crianças, idosas ou doentes.

A educação especial em Sergipe passa da década de 1920 até início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, após um longo período de silêncio sobre a questão e o debate científico e pouco ou nada sobre a educação dos deficientes, aumentou em Sergipe como todo país a preocupação com vacinação, saneamento, acidentes, serviços de desinfecção, assistências

médicas, ficando somente a sociedade civil junto à igreja procurando alternativas para o atendimento aos até então “desprotegidos”.

A princípio, devido à falta de conhecimento e às crenças populares, a questão das deficiências apresentou em Sergipe, inicialmente, medo e repugnância, para depois se perceber sinais de preocupações com a cidadania, dignidade e qualidade de vida do portador de necessidades especiais, com isso a sociedade sergipana passou a ser motivada pela igreja, que começou a passar aos cristãos sobre os portadores de necessidades especiais, procurando despertá-los para a prática da caridade cristã, com isso surge em Sergipe um grande número de entidades de caridade, que davam assistência a essas crianças portadoras de necessidades especiais.

Sobre (SOUZA, 2005,p.76) defende o seguinte pressuposto. No Centro de Reabilitação Minota Garcia não era todo mundo que eles aceitavam não no início, tinha que ter um conhecimento lá dentro se fosse deficiente mental, pra outras deficiências era mais fácil, depois que foi criada a APAE (Associação de pais e Amigos dos Excepcionais) é que eles mudaram e já aceitavam todo mundo.

Só no início de década de 1960 é que Sergipe é contemplado com uma instituição voltada para o deficiente. O Centro de Reabilitação Minota Garcia, segundo (Gazeta de Sergipe, 25.01.1962), o Centro surgiu, entre 1961 e 1963, de grande responsabilidade porque permite clientelismo, favoritismo. Teve como presidente durante grande parte do seu período de funcionamento Dr. Antônio Garcia Filho. Depois de mais ou menos 18 anos de atividade, no início da década de 1980, o Centro foi desativado por conta de uma disputa política interna. Atualmente, o prédio encontra-se aos cuidados da Universidade Tiradentes (UNIT); perdeu o seu objetivo e é utilizado como espaço para atuação e prática do curso de fisioterapia.

Após 1960, surgem outros centros e assim foram surgindo as várias associações de acordo com as necessidades que surgiam, e em 1970, surgem na Escola Estadual 11 de Agosto a primeira turma especial, onde futuramente foram criadas as turmas de inclusão.

Segundo (BIANCHETTI, 1998, p.27) as questões devem ser contextualizadas. Da nossa perspectiva, uma das melhores “ferramentas” para isso é o materialismo histórico.

Atualmente, tem-se um movimento mundial pela educação inclusiva, ou seja, como uma retórica. Há opiniões divergentes sobre este movimento mundial denominado inclusão, que ampliam e aprofundam as reflexões. A inclusão do portador de deficiência auditiva na escola deve garantir sua permanência no sistema educacional regular com igualdade de oportunidades, expondo-o a um processo de ensino-aprendizagem com qualidade.

Contudo, sabe-se que a exclusão das minorias ainda permanece. Pesquisadores defendem que o processo de alfabetização inicial deve ser em ambientes segregados, para no futuro fazer uma integração com qualidade.

Uma parcela da comunidade surda vem, ao longo dos anos, buscando igualar os seus direitos aos dos ouvintes. A surda Gládis Perlin, coordenadora da Área de Educação e Integração do Surdo (Federação Nacional para a Educação e Integração do Surdo – FENEIS), quer ser reconhecida, pois não se considera uma deficiente. Gládis defende o direito do surdo à educação.

Os sistemas educacionais atualmente tentam em passos lentos um novo caminho no trabalho com o surdo, visando estabelecer sua identidade real, utilizando a língua de sinais, levando as crianças surdas a uma formação autônoma. Quando se fala em educação do portador de deficiência auditiva, deve-se pensar no seu bem estar e aprendizado. Deve-se fazer uma análise de cada caso, ou seja, cada aluno representa uma forma diferente de comunicação, sendo que alguns alunos foram estimulados desde pequenos, tanto pelos pais, quanto por profissionais; enquanto outros não tiveram estímulos por falta de recursos dos pais ou mesmo devido à falta de profissionais que sejam preparados para atender a essas necessidades.

Na atual realidade, observa-se que mesmo quando falamos em inclusão do aluno portador de deficiência auditiva, os professores não estão preparados para recebê-los, surgindo as dificuldades de comunicação entre aluno e professor, que contribui para dificuldade de aprendizagem do aluno. A presente pesquisa revela o despreparo e o desconhecimento dos professores, da classe regular, para

lidar com o aluno surdo, citando como fator relevante o uso de uma linguagem totalmente oralista no processo de comunicação.

O presente artigo pretende contribuir para o conhecimento da vida escolar de portadores de deficiência auditiva, para identificar características relevantes no processo de inclusão. As interações existentes entre aluno e professor no contexto da sala de aula são consideradas marca social do processo educativo. O professor sempre é um modelo de identificação para os alunos, pois depois da família, é a escola o principal local de aprendizagem relacional no âmbito social. Uma vez que o professor e o aluno estão envolvidos entre si, como poderá o aluno ter condições de assegurar uma formação de qualidade ao professor.

O professor torna-se um modelo para o aluno uma vez que o amor é um dos mais importantes estímulos para que haja educação. Dessa forma, a qualidade das interações estabelecidas pode contribuir para a conclusão de práticas inclusivas que ajudem no pleno desenvolvimento dos alunos envolvidos.

“PORTUGUÊS ATRAVÉS DE LIBRAS”

“Admito que o deficiente seja vítima do destino, mas não admito que seja vítima de nossa indiferença”.

John Fitzgerald Kennedy

O trabalho de educação escolar formal com os deficientes auditivos requer a utilização de recursos especiais, pois o principal problema é a assimilação dos conteúdos por parte dos alunos, verificado com maior gravidade dos recursos mais utilizados e eficientes é a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

A comunicação por sinais foi à solução encontrada também pelos monges beneditinos da Itália, cerca de 530 d.C., para manter o voto de silêncio. Mas pouco foi registrado sobre esse sistema

ou sistemas usados por surdos pelo fato de que na Europa, na época, o surdo era considerado incapaz de ser ensinado. Por isso a pessoa surda foi excluída da sociedade e, muitas vezes, teve a sua sobrevivência prejudicada. Daquela época até agora, ouvintes confundem a habilidade de falar com a voz e a inteligência. A palavra “fala” está etimologicamente ligada ao verbo/pensamento/ação, e não ao simples ato de emitir som articulado.

Foi no INES – Instituto Nacional da Educação de Surdos, que surgiu a mistura da Língua de Sinais Francesa com os sistemas já usados pelos surdos das várias regiões do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O INES é até hoje a única escola de surdos mantida pelo governo, em todo o Brasil. Esse instituto faz parte das IFES – Instituições Federais de Ensino de 1º e 2º graus, juntamente com as Escolas Técnicas e Agrotécnicas, o Instituto Benjamim Constant e o Colégio Pedro II, sendo que os dois últimos e o INES são três instituições centenárias de educação em nosso país. É através do INES e outras escolas para surdos que possuem as condições necessárias para a educação que se pode prever melhores dias para o desenvolvimento acadêmico, integração social-cultural ouvinte e surdo, e preservação da Língua de Sinais.

Sobre (TIBA, 1998, p. 33) defende o seguinte pressuposto, existe uma fisiologia do aprendizado. É possível fazer uma analogia do ato de aprender como o de comer.

Alguns preconceitos precisam ser desfeitos, porque a LIBRAS, como toda língua de sinais, é uma língua de modalidade de gestual-visual que utiliza como canal de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; sendo esta a principal diferença da Língua Portuguesa, uma língua de modalidade ora-auditiva, que utiliza, como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. Mas as diferenças não estão somente na utilização de canais diferentes, estão também nas estruturas gramaticais de cada língua.

É justamente nesse ponto que se encontra a dificuldade do surdo em compreender a Língua Portuguesa enquanto disciplina em sala de aula, quando o professor não utiliza a LIBRAS.

Os sinais são formados a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. Essas articulações das mãos, que podem ser comparadas aos fonemas e, às vezes, aos morfemas, são chamadas de parâmetros.

INTEGRAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO

A idéia de integração implica, necessariamente, reciprocidade. Isto significa que vai muito além da inserção do Portador de Necessidades Auditivas Especiais em qualquer grupo. A inserção limita-se à simples introdução física, ao passo que a integração envolve a aceitação.

Nenhum outro princípio valoriza tanto as diferenças individuais, sejam as existentes entre os Portadores de Necessidades Auditivas Especiais e as pessoas ditas normais, seja comparando entes si os próprios Portadores de Necessidades Auditivas Especiais.

TRABALHANDO O DEFICIENTE AUDITIVO EM SALA DE AULA

Para trabalhar o deficiente auditivo em sala de aula junto a outros tidos como “normais”, os profissionais envolvidos nesse contexto deverão estar aptos a lidar com diferenças e dificuldades que surgirão no decorrer do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com (STAINBACK, 1999, P.110) Caracteristicamente, usamos a linguagem oral e escrita para comunicarmo-nos uns com os outros. Entretanto, a presença de uma deficiência pode limitar a extensão em que o aluno pode comunicar-se através dessas vias tradicionais.

Na relação professor-aluno, para o portador de Deficiência Auditiva é essencial que sejam verbais e visuais em nossas interações. Isto implica, primeiramente, garantir que o aluno

se sente em um lugar de onde possa ver o restante da classe, com facilidade. Se ele depende da leitura labial, faz-se essencial garantir-lhe a possibilidade de visão dos lábios do professor e dos colegas. Quando houver um residual auditivo, é importante que o aluno se posicione o mais próximo possível do professor.

A integração social envolve a interação, mediante a comunicação, a assimilação, pela participação ativa e reconhecida dos deficientes auditivos como elementos do grupo de crianças “normais” e, finalmente, a aceitação, refletida na aprovação dessas crianças como elemento participante e aceito no grupo, mediante relações regulares e espontâneas. Permitindo a mesma possibilidade de modificar sua situação, de desempenhar um papel produtivo e de fazer parte de uma comunidade social.

A surdez caracteriza a criança como alguém que não desenvolverá linguagem naturalmente. As bases desse pressuposto se apóiam na idéia de que a criança surda geralmente necessita de uma atenção especializada para adquirir linguagem. Geralmente, a criança surda leva um período bem mais longo do que a criança ouvinte para alcançar um domínio da linguagem, porém, esse período é suficientemente satisfatório para que ela possa atingir níveis de compreensão e produção da linguagem escrita, e poder alcançar graus mais complexos de escolaridade.

ADAPTAÇÃO CURRICULAR

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Elas têm o caráter facilitador do processo de ensino-aprendizagem e dizem respeito:

- ao tipo de agrupamento de alunos para a realização das atividades de ensino-aprendizagem;
- à organização didática da aula propõe conteúdos e objetivos de interesse do aluno ou diversificados, para atender às necessidades especiais, bem como disposição física de mobiliários, de materiais didáticos e de espaços disponíveis para trabalhos diversos;
- à organização dos períodos definidos para o desenvolvimento das atividades previstas propõe previsão de tempo diversificado para desenvolver os diferentes elementos do currículo na sala de aula.

ANÁLISE DE DADOS ATRAVÉS DE PESQUISAS REALIZADAS COM PROFESSORES DE DEFICIENTES AUDITIVOS

Foi realizada uma pesquisa de campo, como fundamento prático, na Escola Estadual 11 de Agosto no bairro Getulio Vargas, em Aracaju-Sergipe. Essa pesquisa teve como importância a idéia de colher depoimentos de alguns dos professores envolvidos com a temática, a resposta da sua interação com os alunos portadores de deficiência auditiva.

A escola possui uma sala de recurso, onde existe uma profissional capacitada na linguagem de sinais, e uma interprete do Estado para atender às necessidades da comunidade na comunicação com os deficientes auditivos. Essa profissional pertence ao quadro efetivo de professores do Estado, no entanto, a sala de recursos é mantida pela FENEIS e funciona em horário diferente ao das aulas normais, ou seja, se o aluno estudar no turno da manhã vai a sala de recursos a tarde, e vice versa, como uma forma de completar o aprendizado e desenvolvimento dos alunos deficientes auditivos, possuía ainda recursos audiovisuais, entre eles, TV, videocassete, computadores, necessários para auxiliar no processo de aprendizado dos alunos, só que no momento e pela falta de segurança na escola, esses equipamentos foram roubados, dificultando o aprendizado.

Em uma conversa com a professora da sala de recursos, Nadja Maria de Deus Santos, segundo suas informações, ela possui duas especializações na área de educação para surdos, sendo, atualmente a profissional do Estado mais capacitada nessa área.

A professora apontou algumas dificuldades, entre as quais, é a falta de intérpretes nas salas de aula regulares, bem como a falta de qualificação dos professores para atender às necessidades desses alunos, o que compromete o desenvolvimento intelectual.

Outra dificuldade apontada por Nadja é a discriminação que ocorre na comunidade, principalmente pelos próprios pais, que não possuem conhecimento da linguagem dos sinais, confundem e substituem, em vários casos usando a gesticulação. A dificuldade apontada pela professora e considerada mais importante, é que os deficientes auditivos possuem maior dificuldade no aprendizado da língua portuguesa. Em geral, o desempenho em língua portuguesa e especificamente em leitura, parece similar com os dos alunos com deficiência mental, o que parece tornar um ponto bem crítico para esse tipo de alunado, já que em disciplinas como informática e matemática, o desenvolvimento é bem diferente. Na informática, eles possuem uma habilidade impressionante, principalmente na Internet, que para esses alunos, é hoje um complemento importante no desenvolvimento de sua comunicação.

A professora Nadja ainda aponta uma dificuldade referente à frequência dos alunos na sala de recursos, essa dificuldade tem suas raízes, principalmente no horário, que é diferente do turno em que o aluno está matriculado e os pais desses alunos não dispõem de recursos financeiros e nem disponibilidade de tempo para se deslocar de suas casas para participar desse complemento. Algo positivo é a frequência de alunos que não possuem deficiência na sala de recursos, com o interesse em aprender a linguagem dos sinais para poderem se comunicar com os deficientes.

Segundo a professora Naiara Cedras Sobral, que leciona Educação Física na escola, a inclusão de deficiente auditivo é difícil, principalmente pela falta de profissionais capacitados e pela falta de condições oferecidas pelo Estado, para que professores possam frequentar cursos específicos

a fim de adequar o professor para enfrentar o desafio. A professora observa que, há uma melhor comunicação entre os alunos deficientes auditivos do que com os alunos “normais” e com os próprios professores, sobretudo devido ao fato de haver uma maior aproximação entre eles, facilitando de certo modo o processo de comunicação.

Desse modo, não restam dúvidas de que a língua dos sinais é o aspecto mais aparente no ensino de surdos, e que o uso da língua de sinais é critério básico para esse trabalho, assim como as línguas orais no ensino de ouvintes, tornando-a ferramenta mais importante na formação de sentido, deixando de ser um fim em si mesma para ser a base, a partir da qual outras estão envolvidas no trabalho pedagógico.

As dificuldades são enormes dentro do sistema educacional vigente para alunos deficientes auditivos pelos motivos já citados, segundo a professora Naiara. O fato é que mesmo tendo capacidade, talento, inteligência, além de força de vontade e esforços próprios, os deficientes auditivos ainda têm que enfrentar o preconceito das pessoas não portadoras de deficiência auditiva, que não dispõem de discernimento para entender suas limitações e necessidades. Isso acontece até mesmo dentro de sua casa, com seus familiares, o que prejudica o desenvolvimento intelectual das pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Semestralmente a direção da Escola 11 de Agosto realiza uma reunião com os pais dos alunos deficientes auditivos, onde é apresentado o processo de desenvolvimento desses alunos e discutem se algumas medidas para melhorar o desempenho, mas o que acontece é o contrário do que deveria, a resposta dos pais é de indiferença e descrença que seus filhos consigam alcançar seus objetivos sociais e profissionais.

O insucesso dessas pessoas é decorrente da ausência do Estado em praticar políticas públicas e sociais voltadas para os surdos, atreladas, sobretudo à indiferença dos pais que ainda não encontram apoio da sociedade para buscar soluções práticas para a inclusão social e profissional dos surdos, mas se ressalta que o ponto principal a ser visualizado pelo poder público está em oferecer

uma estrutura capaz de sanar as dificuldades enfrentadas por essas pessoas, como uma maneira de inclusão educacional social, sendo que a escola é um degrau fundamental para conseguir esses objetivos.

CONCLUSÃO

Os estudos realizados não se propõem a resultados definitivos. Trata-se de reflexões em relação à inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva no ensino regular, pois esta inclusão não tem apenas objetivos pedagógicos, mas objetivos sociais a serem alcançados.

Deve-se destacar, como ponto importante, a formação dos professores diante da proposta de uma educação inclusiva dos alunos com necessidades educacionais especiais. Formação essa que requer cursos, debates, seminários, reflexões teóricas e práticas em relação a esse tipo de educação. Sabe-se também, que seu currículo, uma disciplina voltada à área de Educação Especial, que vise à formação do professor para o desenvolvimento do seu trabalho com esse tipo de aluno, em especial, os surdos.

Um aspecto a ser considerado e que foi observado várias vezes no discurso das professoras é a questão da linguagem desse aluno surdo, que se torna um obstáculo no processo das comunicações. Existe uma necessidade de o professor ouvinte possuir um conhecimento claro sobre o que seja a língua e principalmente a linguagem de sinais, que para isso se faz necessário o convívio e a participação diária com o aluno portador de deficiência auditiva. Compreende-se que é necessário à inserção da língua de sinais nos espaços escolares. Deve-se considerar as posturas das professoras diante das diferenças, mudanças ligadas à formação desses profissionais, as oportunidades e melhores condições de trabalho, como salários justos, com o apoio de profissionais especializados em áreas específicas.

Considera-se, que a presença desses alunos no ensino regular, contribui para a queda da resistência e de visões errôneas, favorecendo todos os alunos para o trabalho em parceria e o respeito

às diferenças, onde pode ser observada a luta do surdo na construção de sua identidade, lutando por seus direitos para poder estar integrado como os outros alunos ditos “normais”.

Conforme pode perceber, não existe um perfil ideal para ser professor de aluno surdo. Desta forma, compreende-se que todo e qualquer profissional da educação deve estar apto a atender às necessidades de todos os alunos, compreendendo a heterogeneidade do grupo e isso irá ocorrer se houver um trabalho de parceria envolvendo todos os profissionais da área na luta pelo processo inclusivo, ou seja, deve-se oferecer, sempre, aos deficientes melhores oportunidades de constituição de plena cidadania.

A integração do aluno surdo é um desafio que deve ser enfrentado com coragem, determinação e segurança. A decisão de encaminhar um aluno para a classe de ensino regular deve ser fruto de um criterioso processo de avaliação. Deve estar claro que essa integração não passa exclusivamente pela sua colocação na turma com crianças ouvintes. A verdadeira integração implica reciprocidade. A criança surda pode iniciar seu processo de integração na família, na vizinhança ou na comunidade, participando de atividades sócio-recreativas, culturais ou religiosas com crianças e adultos “ouvintes” e dar continuidade a esse processo na escola especial ou regular, de acordo com suas necessidades especiais. Garantir ao aluno surdo um processo de escolarização de qualidade é fator fundamental para sua integração plena.

A importância do professor no acompanhamento pedagógico extra-escolar é fundamental, pois a criança está em um momento de alfabetização e o processo de ensino é gradativo, ocorrendo durante as séries seguintes, devendo existir um trabalho de aperfeiçoamento do aprendizado da escrita. É preciso enxergar a criança como um ser capaz, não a subestimar, supondo que ela não conseguiu integrar-se na sociedade. Os profissionais envolvidos nesse contexto, devem discutir sobre a política educacional de classes especiais na tentativa de melhoramentos da educação dos deficientes auditivos.

Diante das evidências apresentadas, torna-se imprescindível à importância da compreensão e a determinação da família é fundamental para o sucesso da criança deficiente auditiva durante sua vida escolar e na sociedade.

Finalmente, este artigo científico objetiva possibilitar a todos os sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, na educação do deficiente auditivo, particularmente, o professor, meios para viabilizar a identificação de técnicas e métodos e atuação do professor em sala de aula.

“ O fato de o surdo ter um déficit sensorial, não possuir percepção auditiva ou tê-la minimamente não é o suficiente para lhe conferir o diagnóstico de incapaz.”

(Autor Desconhecido)

NÚMEROS – EM LIBRAS



ALFABETO – EM LIBRAS



FOTOS



Foto 1: Sala de Recurso (Aparelho de TV utilizado pela professora para auxiliar o desenvolvimento dos alunos na sala de recurso, da Escola 11 de Agosto.)



Foto 2: Sala de Recurso (Computador para desenvolver outras habilidades durante as aulas).



Foto 3: Sala de Recurso (O teatro de fantoches é um recurso bastante utilizado pela professora com a finalidade de despertar a atenção e o interesse do aluno).



Foto 4: Sala de Recurso (Alfabeto de Sinais).

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucidio. Um olhar sobre a diferença: integração, trabalho e cidadania. São Paulo: Papyrus, 1998.

BRZEZINSK, Iria (Organizadora). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. – 5ª. Ed. – São Paulo: Cortez: 2001.

FONSECA, Vitor da. Educação especial. 3. edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GODOTTI, Moacir. Educação e Poder. São Paulo: Scipione 1998.

NUNES, Maria Thetis. Historia da Educação em Sergipe. Governo do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe. 1984.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. Educação Especial em Sergipe: Um Trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

STAINBACK, S. STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TIBA, Içami. Ensinar aprendendo – como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempo de globalização. 7.edição. São Paulo: Editora Gente, 1998.

Site: www.dicionariolibras.com.br